



## Cadeia de precarização: estudo de caso com recicladores de Salvador, Bahia

*The Chain of casualisation: a case study of recyclers from Salvador, Bahia*

**Stefano Herkenhoff GAMA\***  
**Selma Cristina SILVA\*\***

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo apresentar uma investigação sobre os impactos que a dinâmica da cadeia produtiva da reciclagem pode acarretar para as condições de trabalho de catadores de materiais recicláveis da Região Metropolitana de Salvador (RMS), Bahia (BA). Tal investigação tem como base empírica uma pesquisa de campo realizada em 2014 com catadores de rua e trabalhadores assalariados de uma empresa de coleta e triagem de materiais recicláveis de Salvador. Ademais, contempla oito entrevistas com catadores de quatro cooperativas da RMS, realizadas no ano de 2009 (JESUS, 2010). O estudo evidencia a prática de mecanismos econômicos no interior dessa cadeia que resultam em consequências precarizantes para os trabalhadores em foco. Entre elas, destacam-se: impossibilidade de acesso a direitos trabalhistas; intensificação da jornada de trabalho; risco de adoecimento e de acidentes de trabalho, dentre outras.

**Palavras-chave:** Catadores de materiais recicláveis. Cadeia produtiva da reciclagem. Precarização. Trabalho autônomo. Cooperativismo.

**Abstract:** This article presents an investigation into the impacts that the dynamics of the recycling chain can have on the working conditions of recyclable waste pickers in the Metropolitan Region of Salvador (MRS), Bahia. This research has, as its empirical basis, field research carried out in 2014 with street pickers and salaried employees of a company collecting and sorting recyclable materials in Salvador. In addition, it reflects on eight interviews with pickers from four MRS cooperatives, carried out in 2009 (JESUS, 2010). The study evidences the effects of economic mechanisms within this chain that result in precarious conditions for the workers in focus. Among them, the following stand out: total lack of access to labour rights; intensification of the working day; risk of illness and workplace accidents.

**Keywords:** Recyclable material pickers. Recycling supply chain. Casualisation. Autonomous work. Cooperative.

*Submetido em: 26/1/2018. Aceito em: 11/4/2018.*

---

\*Sociólogo. Mestre em Ciências Sociais. Sociólogo da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. (Conder, Salvador, Brasil). 5ª Avenida Nº 550, Centro Administrativo da Bahia (CAB), Salvador (BA), CEP 41.745-004. ORC ID: <<https://orcid.org/0000-0002-2449-3917>>. E-mail: <[shgsocio@gmail.com](mailto:shgsocio@gmail.com)>.

\*\*Socióloga. Pós-doutora em Ciências Sociais. Professora da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA, Salvador, Brasil). Rua Augusto Viana, s/n, Palácio da Reitoria, Canela, Salvador, CEP.: 40110-909. ORC ID: <<https://orcid.org/0000-0003-0823-0137>>. E-mail: <[selmacsj@gmail.com](mailto:selmacsj@gmail.com)>.



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

## INTRODUÇÃO

Ainda que documentos históricos apontem para a existência, no Brasil, de trabalhadores que sobreviviam da coleta e venda de materiais recicláveis desde o final do século XIX (EIGENHEER, 2009), com a intensificação do processo de urbanização e de industrialização, essa ocupação, em sua maioria urbana e informal, assumiu uma dimensão ampla. O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e os pesquisadores estimam que mais de um milhão de catadores trabalhem atualmente em território nacional (BOSI, 2008; UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2005; MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, 2010).

A complexidade dessa extensa realidade social está refletida nos dissensos teóricos daqueles que buscam descrever e explicar características e causas desse fenômeno, além do processo de desenvolvimento que lhe é peculiar.

Se, por um lado, parece existir um consenso relacionado às condições precárias da profissão, percebemos a tendência, em parte da literatura, de caracterizar a ocupação como um *trabalho autônomo* e ilustrar as causas de sua *precariedade* a partir do descaso público e (ou) da ausência de *reconhecimento social* (CAMPOS et al., 2009; KEMP et al., 2004; OLIVEIRA et al., 2011; ZANETI; GENTIL; TORRES, 2006).

Fundamentados por outra lógica, um conjunto diferente de pesquisadores defende que as condições trabalhistas desses sujeitos devem ser apreendidas como resultantes de um processo ativo (local e global) vinculado ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Em suas pesquisas, apontam para as relações sociais no interior do circuito da reciclagem, que cerceiam essa aparente autonomia e precarizam essa ocupação (AQUINO, CASTILHO & PIRES, 2009; BOSI, 2008; CONCEIÇÃO, 2003; FREITAS; DEUS; TAVARES, 2010; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2013; NALINI, 2008).

Em conformidade com o segundo grupo de autores, o presente artigo tem por objetivo evidenciar relações causais entre as condições trabalhistas de catadores de materiais recicláveis que atuam na Região Metropolitana de Salvador (RMS), Bahia (BA) e a dinâmica ou organização da cadeia produtiva da reciclagem. Assim, a investigação que se apresenta é resultante da convergência: a) de um estudo teórico que buscou assimilar dados secundários e pesquisas científicas relacionadas à dinâmica da reciclagem brasileira; b) da análise de oito entrevistas realizadas em 2009 por Jesus (2010) com dirigentes e trabalhadores de quatro cooperativas de catadores de materiais recicláveis da RMS; c) de uma pesquisa de campo qualitativa, realizada em 2014, a partir de observações diretas do cotidiano de trabalho de uma empresa familiar de coleta e triagem de insumos recicláveis de Salvador (BA). Utilizamos ainda, como fonte de dados primários, um total de sete entrevistas com dirigentes, trabalhadores assalariados dessa empresa e catadores (ou recicladores<sup>1</sup>) de rua, de Salvador (BA) (GAMA; SILVA, 2016).

O artigo é composto de quatro partes, além da introdução e das considerações finais. Na primeira, refletimos sobre a dinâmica da cadeia produtiva de reciclagem brasileira, que, como

---

<sup>1</sup>*Reciclador* é o termo utilizado pelos entrevistados para nomear sua ocupação.

demonstra a pesquisa, traz consequências precarizantes para as condições de trabalho dos catadores em foco. Em seguida, dissertamos sobre os impactos que essa dinâmica ocasiona ao cotidiano de trabalho de catadores de quatro cooperativas da RMS. Na terceira seção, demonstramos a relação entre os vínculos precários de recicladores de rua, de Salvador (BA) e o padrão de remuneração do setor. Por fim, discutimos questões relativas ao processo de precarização dos catadores estudados.

## **1 A INSERÇÃO DO CATADOR NA CADEIA PRODUTIVA DA RECICLAGEM BRASILEIRA**

Preliminarmente, torna-se imperativo demonstrar a vigência e as características gerais do que denominamos como cadeia produtiva da reciclagem, pois assumimos como pressuposto a hipótese de que as condições trabalhistas dos catadores estão intimamente ligadas à dinâmica econômica desse processo produtivo.

Com base no conceito de Dupas (1999), utilizamos o termo *cadeia produtiva* no sentido de um modo espacialmente fracionado de organização da produção, em que instituições distintas realizam etapas de um processo produtivo cuja consumação da mercadoria final só se realiza em cadeia.

A reciclagem depende de três etapas que são articuladas através de relações comerciais: a recuperação (coleta), a triagem (separação) e a transformação (reciclagem industrial). Na primeira e na segunda etapa, um conjunto heterogêneo de agentes produz os insumos utilizados por indústrias na transformação, etapa final que designa a reciclagem em si.

A base da cadeia é a coleta seletiva. Ela permite a recuperação de resíduos sólidos passíveis de reciclagem. No entanto, em 2014, apenas 927 (17%) municípios brasileiros operavam programas formalizados de coleta seletiva, atendendo a 13% da população brasileira (CICLOSOFT, 2014). Em paralelo, os catadores de materiais recicláveis assumem uma função de proeminência nessa etapa. Trabalham nas ruas das cidades ou em lixões, executando uma coleta seletiva “autônoma”, geralmente sem vínculos formais de trabalho.

Pesquisadores demonstram que a principal fonte de renda dos catadores advém da relação comercial com intermediários que revendem seus produtos para recicladoras (GONÇALVES, 2003; BOSI, 2008; AQUINO, 2007). Em geral, os catadores de rua não detêm um capital ou um maquinário capaz de executar outras etapas da reciclagem. Por esse motivo, eles constituem o elo mais frágil da cadeia produtiva: “[...] ficam mais vulneráveis à ação de intermediários comerciais [...], que determinam por imposição o valor a ser pago e as condições exigidas pelo material coletado” (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2013, p. 20).

Os materiais recuperados são conduzidos aos galpões de triagem, onde são separados de acordo com critérios de composição, cor etc. Os empreendimentos que têm a posse de máquinas e caminhões realizam também o processo de prensa, enfardamento e transporte dos insumos recicláveis.

As cooperativas ou associações de catadores constituem um dos principais atores da etapa intermediária: em 2012, no Brasil, elas triaram 2.329 toneladas/dia de materiais recicláveis, obtendo um faturamento anual de R\$ 56,4 milhões. No mesmo ano, outras empresas triaram 12.580 toneladas/dia, faturando um total de R\$ 656 milhões. Em conjunto, os agentes intermediários adquiriram apenas 7,1% do faturamento total das indústrias recicladoras em 2012, o qual, de acordo com a pesquisa do Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre), foi de, aproximadamente, R\$ 10 bilhões (ADEODATO, 2013).

Ribeiro et al. (2014) elucidam os prováveis mecanismos que mantêm a baixa rentabilidade de agentes intermediários. Em pesquisa com 33 cooperativas e associações de catadores do Rio de Janeiro, os autores demonstram que o valor adquirido pela venda dos insumos recicláveis reflete cerca de 50% do preço de mercado máximo pago por recicladoras. O restante do valor fica retido por empresas atravessadoras, que compram e revendem grandes quantidades de insumos para as indústrias.

Como revela Gonçalves (2003), as “[...] indústrias recicladoras [...] só compram em grandes quantidades (mínimo de uma tonelada), material selecionado e enfardado” (GONÇALVES, 2003, p. 141). O autor defende a tese de que, no Brasil, elas formam um mercado oligopsônico (poucos compradores, muitos vendedores) e, até certo ponto, conseguem definir o preço-base do mercado, além das exigências de quantidade e qualidade mínima para a comercialização dos insumos.

Vender para essas indústrias significa, em última instância, ter capital suficiente para suprir suas exigências: algo inviável para muitas cooperativas ou associações, que são obrigadas a utilizar canais de escoamento que rebaixam o preço dos produtos (GONÇALVEZ, 2003).

Após ter a posse das matérias-primas residuais, a indústria realiza a etapa de transformação. Os processos anteriores são preliminares, embora fundamentais, uma vez que a reciclagem de cada material (plásticos, metais, papéis etc.) requer insumos, técnicas, maquinários e objetos de trabalho diferentes. Se outros agentes não realizassem a coleta e a triagem, esses processos ficariam a cargo das fábricas, o que poderia acarretar custos elevados de produção.

É dentro dessa dinâmica socioeconômica que se insere nosso objeto de pesquisa. Registramos que o trabalho dos catadores não é uma realidade homogênea. Portanto, em cada localidade onde se desenvolve a cadeia produtiva da reciclagem, podemos encontrar características particulares que não podem ser generalizadas. Esse é um dos motivos que tornam as pesquisas locais importantes para a compreensão da totalidade dessa realidade social.

## **2 O MERCADO DA RECICLAGEM E OS IMPACTOS SOBRE AS CONDIÇÕES TRABALHISTAS DE CATADORES COOPERADOS DA RMS**

Corroborando o que foi exposto na seção anterior, a análise das oito entrevistas<sup>2</sup> com trabalhadores de quatro cooperativas de catadores da RMS, realizadas por Jesus (2010) em 2009, demonstrou a vigência de mecanismos econômicos e políticos que favorecem a subordinação desses empreendimentos à cadeia produtiva da reciclagem.

---

<sup>2</sup>Todos os nomes utilizados no artigo são fictícios.

Um primeiro dado — esclarecido nas entrevistas — foi a insuficiência de investimentos públicos no setor de coleta e triagem de materiais recicláveis da RMS, conforme revelam os depoimentos a seguir:

Infelizmente, a cooperativa não tem nenhuma ajuda financeira. (Lúcia, diretora administrativa da cooperativa A)  
[...] quando a gente chegou à Secretaria de Ação Social e levou a ideia da cooperativa, a prefeitura (Lauro de Freitas) disse pra gente: ‘Vocês são despesa e temos um contato com uma outra cooperativa’ [...]. Como a gente era um grupo que estava se formando, que precisava de tudo, então para eles não era interessante. (Pedro, coordenador presidente da cooperativa B)

Dentre os casos analisados, a cooperativa C foi a única que teve acesso a investimentos periódicos da Prefeitura de Salvador para a construção do local de trabalho bem como pagamento das contas de água e luz.

Apesar da carência de investimentos, todas as cooperativas estudadas tinham, em 2009, ao menos sete anos de funcionamento e se encontravam estruturadas com maquinário e logística, o que permitia maior produtividade e rentabilidade. Contudo as entrevistas coincidem com o momento em que a crise do *subprime* atingiu a cotação das *commodities* metálicas de aparas de papel, vidro e derivados de petróleo no mercado global. Esse fenômeno provocou considerável redução do preço dos insumos recicláveis, e todas as cooperativas estudadas experimentaram seus efeitos.

Quando estava vendendo alumínio, a gente estava [...] vendendo a R\$ 3,50. [...] hoje [...] é R\$ 1,70, R\$ 1,80 [...]. Esse mesmo papelão a gente já chegou a vender a R\$ 0,26, hoje está vendendo por R\$ 0,10. [...]. A PET a gente já chegou a vender solta a R\$ 1,10, hoje está vendendo por R\$ 0,60. (Bruno, dirigente da cooperativa D)

Em consequência dessa redução dos preços, o rendimento dos cooperados caiu drasticamente: A média de retirada era de R\$ 200,00, R\$ 250,00 e R\$ 300,00. Hoje, com a crise, é de R\$ 180,00 a R\$ 200,00. (Lúcia, diretora administrativa da cooperativa A)

A média de rendimento é de R\$ 200,00 por mês. [...]. Trabalhamos no vermelho. [...]. É porque leva tudo, quando paga os R\$ 200,00 por mês, raspa o caixa todo. (João, dirigente da cooperativa C)

Este mês [a média de remuneração] chegou a R\$ 71,00. (Bruno dirigente da cooperativa D)

Portanto, os oito entrevistados recebiam abaixo do salário mínimo, uma vez que, em 2009, seu valor era de R\$ 465,00.

As entrevistas também demonstram que a queda do preço dos insumos reciclados pode resultar na intensificação do trabalho e na saída de muitos cooperados:

[...] antigamente, estava bom; depois da crise, a coisa piorou. A gente se reuniu e disse: ‘O preço baixou cinquenta, quase setenta por cento, a gente reverte isso no trabalho’.  
[...] A gente tinha que trabalhar dia e noite, quem trabalhava oito, passou a trabalhar dezesseis, quinze, só que, como nós somos uma cooperativa de faixa etária de 35 a 65

anos, a gente não aguentou [...]. Teve lesão no joelho, lesão nas costas, doença até, e aí eu disse: 'Para!' (Pedro, coordenador presidente da cooperativa B)

Antes da crise, tínhamos 28 cooperados; só que, com a crise, estamos com 18. (Lúcia, diretora administrativa da cooperativa A)

[...] na cooperativa, são 38 cooperados. Desses 38, com a [...] crise, logo no início foi diminuindo para 26, porque não se tornava viável economicamente [...]. E termina hoje que nós temos diretamente 14. (João, dirigente da cooperativa C)

[...] 36 cooperados [...] começaram a cooperativa [...]. Hoje tem 22. (Bruno, dirigente da cooperativa D)

Tendo em vista que o rebaixamento dos preços pagos às cooperativas da RMS deriva da capacidade de as indústrias recicladoras e atravessadoras transferirem as depreciações do mercado global para os agentes mais frágeis da cadeia produtiva, as consequências observadas (intensificação do trabalho, sub-remuneração e desistência da ocupação), no nosso entender, devem ser analisadas como um processo ativo, de agências e negligências.

A organização descentralizada e hierárquica da produção e comercialização, associada à ausência de regulamentação, fiscalização e investimentos no setor, permite a transferência do ônus da crise para as cooperativas estudadas, na tentativa de manter a rentabilidade das indústrias e das atravessadoras.

Para evitar a necessidade de escoamento através de *atravessadoras* (e conseguir melhores preços), cooperativas da RMS criaram o Complexo Cooperativo de Reciclagem da Bahia (CCRBA), do qual as quatro cooperativas estudadas faziam parte, conforme análise dos entrevistados:

Hoje a gente tem uma rede que é o CCRBA, a gente estava tentando fazer um conjunto porque as grandes empresas, as grandes indústrias não pegam pouco material, só pegam em grande escala. [...] Ora, a gente não tem essa escala de material, qualidade de produto. A gente precisa de equipamento, precisa de uma série de coisas para que o preço seja bom [...]. Não é uma tonelada, tem que fechar duas. Uma cooperativa só não faz. (Pedro, coordenador-presidente da cooperativa B)

[...] a gente formou o Complexo com o intuito das nossas vendas serem conjuntas, e até barganhar um preço maior de material. Para você ter uma ideia, esse papel branco que a gente está conseguindo vender a R\$ 0,15, já vendemos conjuntamente [...] a R\$ 0,45. (Bruno, dirigente da cooperativa D)

Ou seja, a forma de resistência encontrada foi promover a união da produção das cooperativas com o intuito de suprir as exigências das recicladoras.

Na seção seguinte, buscamos evidenciar outros processos de precarização do trabalho de catadores da RMS.

### 3 VÍNCULOS FLEXÍVEIS: O PAGAMENTO POR PEÇA NO CASO DE RECICLADORES DE SALVADOR

O empreendimento sobre o qual realizamos a pesquisa de campo em 2014, a Empresa A, é uma empresa familiar com baixa capacidade de capitalização e acumulação. Dentro da cadeia produtiva da reciclagem soteropolitana, ela desenvolve as atividades de coleta, triagem, prensa, transporte e comercialização de insumos recicláveis. Na etapa de coleta, além de realizá-la de *porta em porta* com um caminhão, ela estabelece relações comerciais com recicladores de rua.

Segundo Jonas (gestor da empresa A), em 2014, o poder público não promoveu programa algum de coleta seletiva em Salvador. De acordo com a pesquisa do Ciclossoft (2014), 2006 foi o ano em que Salvador atingiu sua maior escala de coleta seletiva: 870 toneladas/mês. Contudo essa quantidade foi se reduzindo progressivamente, sendo impossível contabilizá-la em 2014.

Pela ausência de programas formais de coleta seletiva, os catadores de rua são agentes preponderantes na etapa de recuperação. Seu trabalho é caracterizado pela coleta seletiva manual de materiais passíveis de reciclagem nas lixeiras da cidade. Eles também podem realizar a triagem dos materiais recuperados, o que agrega valor ao produto.

O preço pago aos recicladores de rua pelas mercadorias coletadas em Salvador não é fixo, e observamos, na pesquisa de campo, ao menos três forças que influenciam em sua variação. A primeira deriva da variação dos preços das *commodities* no mercado global. A segunda depende da capacidade de as recicladoras definirem o preço-base dos insumos no mercado da reciclagem e das atravessadoras, em cadeia, transmitirem os rebaixamentos para os agentes mais frágeis. No caso examinado, a terceira força deriva da concorrência entre empresas compradoras dos insumos coletados por recicladores de rua. Quando o mercado eleva os preços, a concorrência cria uma pressão no sentido de transferir parte dessa vantagem aos *recicladores*. Esse mecanismo de atração leva alguns a preferirem vender os materiais para a empresa X, que paga o melhor preço.

[...] os preços da reciclagem podem aumentar ou diminuir a qualquer momento. [...] Se o mercado oscilou para cima, a gente oscila para cima, porque vem logo a concorrência: se nós não botarmos o preço, ele vai vender para outro. (Jonas, gestor da empresa A)

Na época da pesquisa, Jonas pagava R\$ 0,50 por quilo de PET misturado e R\$ 0,70 por quilo da separada; João (reciclador de rua) afirmou que outras empresas pagavam R\$ 0,30 no PET misturada e R\$ 0,50 na PET triada. O único material que João não vendia na Empresa A era a lata de alumínio, uma vez que outras empresas pagavam R\$ 0,50 a mais (R\$ 2,00). O preço do quilo de papel branco era R\$ 0,15 e do papelão era R\$ 0,10.

Como foi abordado na introdução, o trabalho de recicladores de rua é constantemente tratado pela literatura como um trabalho autônomo — tendo em vista sua inserção na cadeia produtiva através de relações comerciais. Contudo é possível indicar autonomia dentro de relações tão hierarquizadas? Como chama a atenção Tavares (2004), estaríamos diante de uma metamorfose que mascara relações de assalariamento em relações comerciais? Ou da

“[...] substituição da relação capital-trabalho pela relação empresa-empresa?” (SILVA, 2007, p. 162)

De acordo com a teoria marxiana, o salário é a expressão monetária do valor da força de trabalho, que se tornou, com a emergência do modo de produção capitalista, uma mercadoria que circula no mercado como outra qualquer.

Contudo, a força de trabalho apresenta características singulares. Em si, corresponde à individualidade viva de um ser humano que abriga a potência de trabalhar, sendo seu valor de uso a utilização dessa capacidade, limitada apenas “[...] pela energia vital e a força física do operário” (MARX, 1974, p. 88). Já o “[...] valor da força de trabalho se determina pela quantidade de trabalho necessário para [...] conservação, ou reprodução [...]” (MARX, 2012, p. 290) do trabalhador : “[...] uma expressão irracional [...]” (MARX, 1983b, p. 130), que varia de acordo com o movimento histórico e com hábitos culturais.

O salário exerce a função social de troca entre operário e capitalista. O capitalista desembolsa determinada quantidade de dinheiro que servirá à reprodução do trabalhador. Em troca, o trabalhador cede ao capitalista, temporariamente, o direito de dispor de sua capacidade de trabalho. Isto é, estar submetido à relação de assalariamento significa trabalhar “[...] sob o controle do capitalista durante determinado tempo, decidido, geralmente, através do contrato” (MARX, 1983a, p. 154).

Resumidamente, esse conceito define o assalariamento por tempo— relação a que os catadores em foco não estão submetidos, pois não estabelecem contratos com o empresário X ou Y, não existe supervisão durante o trabalho, nem horas ou metas a serem cumpridas. E ainda detêm uma margem de escolha das empresas com que vão comercializar.

Por outro lado, esse fato não modifica sua condição de trabalhadores expropriados. Não podem efetuar a totalidade do processo de produção: sem a posse dos meios necessários à reciclagem, não se apropriam do resultado final da transformação dos resíduos sólidos. Apenas recebem uma expressão monetária em troca do serviço de coleta prestado. Por isso, no nosso entender, quando vendem a lata de alumínio, estão vendendo apenas sua capacidade de coletá-la em troca de meios para sua subsistência.

Além disso, nos deparamos com mecanismos de controle sobre o processo de trabalho dos catadores, de forma semelhante ao que sucede no que Marx denomina de “[...] assalariamento por peça” (MARX, 1983a).

Quando os catadores levavam papelão ou papéis molhados, assim como garrafas e latas com líquidos ou lixo à empresa A, era realizado um desconto no peso das peças; materiais degradados eram descartados (o mesmo acontecia quando a empresa A vendia seus materiais para empresas atravessadoras). O controle do processo de trabalho acontece no momento da comercialização: antes da pesagem, a “qualidade” do material é conferida. Caso o comprador não se sinta satisfeito com o resultado, ele pune o vendedor reduzindo o preço pago.

Para Marx (1983b), o “[...] salário por peça parece, à primeira vista, como se o valor de uso vendido pelo trabalhador não fosse função de sua força de trabalho, trabalho vivo, mas



trabalho já objetivado no produto” (MARX, 1983b, p. 139). Essa aparência confere uma sensação de liberdade, de autonomia entre o trabalhador e o capital. Todavia, como elucida o autor, o salário por peça é em si um mecanismo de controle e de apropriação da força de trabalho, de cerceamento da autonomia, de intensificação e extensão da jornada de trabalho.

No caso estudado, o pagamento por peça<sup>3</sup>, de forma semelhante ao assalariamento por peça, também submete os catadores ao processo que Marx denomina de “[...] subarrendamento do trabalho[...]” (MARX, 1983b, p. 141): a interposição de intermediários, entre o capitalista e o trabalhador, que lucram pela simples “[...] diferença entre o preço do trabalho que o capitalista paga e a parte desse preço que eles realmente deixam chegar ao trabalhador” (MARX, 1983b, p. 141).

Jonas compra, de recicladores de rua, o quilo do PET triado por R\$ 0,70 e consegue revendê-lo por R\$ 1,00, sem imprimir nenhum processo de trabalho posterior. De forma semelhante, ele compra o papel branco por R\$ 0,15 e revende por R\$ 0,35 para uma empresa que funciona no mesmo galpão da empresa A.

Dessa forma, mesmo não sendo tipicamente assalariado, o trabalho dos catadores de rua comporta uma das características essenciais do assalariamento: ser produtivo, isto é, produtor de mais-valor. Nesse caso, o dinheiro da empresa A se valoriza pela simples diferença entre o preço pago e o recebido pela mesma mercadoria.

Sendo assim, defendemos que o trabalho dos catadores de rua estudados deve ser definido a partir da hibridez que lhe é característica: como um trabalho de rua informal, que congrega características do trabalho *autônomo* e, ao mesmo tempo, do trabalho *assalariado*, em que a autonomia (que não está extinta) é cerceada pela imprescindível subordinação à vontade dos agentes econômicos mais poderosos do mercado de reciclagem.

Ainda, o pagamento por peça pode ser vantajoso ao circuito de acumulação dessa cadeia produtiva, quando comparada ao assalariamento por tempo, uma vez que, além de eliminar a necessidade de supervisão, não existe correlação exata entre extensão ou intensidade da jornada e quantidade ou qualidade de materiais adquiridos. Em jornadas equivalentes, em que um catador trabalha no mesmo ritmo, podem ser coletadas quantidades diferentes de materiais, com maior ou menor densidade de valor. Paulo (reciclador de rua), quando questionado sobre seu rendimento diário, respondeu:

Depende, isso é uma variação: [...] às vezes recebe muito, às vezes recebe pouco, porque às vezes a gente acha material que vale, entendeu? E outras vezes a gente acha coisas que não valem nada.

#### 4 AS CONSEQUÊNCIAS DO VÍNCULO PRECÁRIO

O termo precarização é construído, como defende Barreto (2005), “[...] a partir da pesquisa teórica e empírica a respeito das transformações ocorridas no mundo do trabalho” (BARRETO, 2005, p. 96). Corresponde a um processo amplo, que pode ser percebido como

---

<sup>3</sup> Optamos por utilizar o termo *pagamento por peça* e não *salário por peça*, tendo em vista que os catadores estudados não estão vinculados a um contrato ou a um capitalista específico.

“[...] um novo e um velho fenômeno, por que é diferente e igual, por que é passado e presente e por que é um fenômeno de caráter macro e microssocial” (DRUCK, 2011, p.35).

O conceito de precarização diz respeito a um “[...] processo econômico, social e político que se tornou hegemônico e central na atual dinâmica do capitalismo” (DRUCK, 2013, p. 373). De acordo com Druck, a precarização se constitui em uma estratégia de dominação do capital largamente utilizada nos países centrais e periféricos do sistema capitalista no contexto da globalização e das políticas neoliberais.

Com base em pesquisas empíricas sobre a realidade do trabalho e do emprego no Brasil, Druck e Franco (2009) construíram uma tipologia da precarização que engloba os seguintes aspectos: i) vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais; ii) intensificação do trabalho e terceirização; iii) insegurança e saúde no trabalho; iv) fragilização da organização sindical e das formas de luta dos trabalhadores; v) perda das identidades individual e coletiva; vi) a condenação e o descarte do direito do trabalho. Em nosso entendimento, essa tipologia nos ajuda a compreender de que forma os catadores estão englobados pelo processo de precarização social do mundo do trabalho contemporâneo.

O pagamento por peça engloba os catadores estudados no primeiro indicador de precarização elucidado pelas autoras (vulnerabilidades das formas de inserção no mercado de trabalho) e traz consequências perversas a seu cotidiano de trabalho. Dos quatro entrevistados que trabalham ou já trabalharam com coletas de rua, nenhum tem (ou teve) acesso a direitos trabalhistas ou a carteira assinada. Todos afirmaram ainda a inexistência de políticas públicas, na cidade de Salvador, voltadas para catadores de rua:

[...] você não tem apoio para poder realizar o trabalho. Você não recebe uma bota, uma luva, uma máscara, alguma coisa que vai te ajudar a meter a mão no lixo [...]. Em nenhum estado rola direito trabalhista para quem é reciclador. (Paulo, reciclador de rua).

A pesquisa realizada por Jesus (2010) no ano de 2009, em quatro cooperativas de reciclagem de Salvador, também confirma a vulnerabilidade de inserção dos catadores cooperados na cadeia produtiva. Todos os entrevistados não tinham direitos como férias, repouso semanal remunerado etc. Isso porque, do ponto de vista legal, os cooperados não são submetidos a uma relação trabalhista: em tese são donos do próprio negócio. Para ter acesso a férias remuneradas, por exemplo, os cooperados precisam economizar parte da renda da cooperativa para esse fim. Todavia, como vimos, em 2009 os cooperados entrevistados não conseguiram auferir ao menos o valor correspondente ao salário mínimo.

O segundo indicador, elencado por Druck e Franco (2009) corresponde aos mecanismos de intensificação do trabalho e terceirização. Nesse âmbito, a hibridez do pagamento por peça com a aparente autonomia da profissão pode gerar a necessidade ou o desejo de intensificar e estender a jornada de trabalho. Os recicladores de rua entrevistados chegam a trabalhar mais de 15 horas diárias:

Normalmente, eu pego das 7 horas às 11 horas, porque meio-dia eu venho almoçar. Aí meio-dia e meia eu começo o trabalho de novo para terminar às 22h30. Todos os dias, de segunda a domingo, sem parar. (João, reciclador de rua)

Depende. Às vezes 15, 20 horas, mas não direto, entendeu? A pessoa trabalha, faz uma reciclagem, tira um dinheiro, aí para e descansa; mas chega a ser mais de 15 horas por dia. (Paulo, reciclador de rua)

No caso dos catadores de rua estudados, o pagamento por peça, combinado com as situações de extrema vulnerabilidade social, também influência sua desagregação política, considerado por Druck e Franco (2009) como outro elemento da precarização social: a fragilização da organização coletiva e das formas de luta dos trabalhadores. Na dinâmica da profissão, o *catador* pode se encontrar em situações de concorrência por determinada lixeira ou material mais valioso, seja para a reciclagem, seja para revenda, trazendo, em certos casos, um risco a mais para a profissão, inclusive de integridade física:

Muitas vezes, rolam discussões por causa de besteira, tem uns que muitas vezes não respeitam o outro, [...] roubam o material. [...] você guarda o material para vender no outro dia e vai dormir [na rua] e o cara pega e rouba. (Paulo, reciclador de rua)

Através, não é nem de reciclagem, mas de coisas velhas que as pessoas jogam fora que é de valor. Aí é: “eu achei primeiro”, “você não vai levar”. Aí é briga até com risco de vida e tudo. Porque um quebra a garrafa, o outro puxa a faca, por uma simples coisa que é achada no lixo e sabendo que os dois estão na luta. (João, reciclador de rua)

Teve uma época que estava tendo até facção de catadores. Marcavam lixeira, áreas, um reciclador que vende em cooperativas de certos bairros não podia passar. Muitas vezes, sofria atentados. (Felipe, funcionário da empresa A, ex-reciclador de rua)

Um quarto tipo de *indicador* explicitado por Druck e Franco (2009) diz respeito à insegurança e aos problemas de saúde relacionados ao trabalho. No presente caso, a informalidade e a inexistência de treinamento e investimento (público ou privado) em materiais que tornem o cotidiano de trabalho mais fácil e seguro geram riscos de acidentes e adoecimentos. Quando questionados sobre acidentes de trabalho, eles relataram:

Só corte leve com vidro quebrado. [...] Acidente de um colega meu, que trabalhava na reciclagem, foi por causa de um desabamento de ferro [...]: quebrou o braço. (João, reciclador de rua)

Só contusões mesmo, cortar a mão. (Paulo, reciclador de rua)

Já senti umas dores aqui pelo ombro, mas é excesso de peso de um lado só, na hora de dividir o peso pega de um lado só. (Arnaldo, funcionário da empresa A, ex-reciclador de rua)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados obtidos e apresentados confirmam a hipótese inicial da pesquisa: existe uma relação objetiva e causal entre a dinâmica hierarquizada da cadeia produtiva da reciclagem e as condições de trabalho dos catadores estudados. As consequências de tal dinâmica ou organização se tornam ainda mais perversas diante da negligência do poder público que atua na RMS.

A cadeia produtiva analisada é sustentada por uma cascata de terceirizações. Trata-se de um processo de transferência, em cadeia, de determinadas funções da produção para outras instituições e sujeitos, etapas que são articuladas e controladas mediante relações comerciais

assimétricas. Essa dinâmica permite que as indústrias tenham acesso aos insumos necessários à produção sem o estabelecimento de contratos trabalhistas, trazendo consequências perversas para os recicladores em foco.

A cascata de terceirização, nesse caso, pode ser interpretada como uma cadeia de precarização, em que cada agente transmite ao agente inferior parte das atividades produtivas, sem assumir riscos e custos da produção.

Concluindo, os dados apontam que o caráter precário da profissão é resultante de um processo ativo, uma dinâmica adequada ao processo de acumulação do setor da reciclagem e perversa para seus agentes mais frágeis.

Tal situação não passou despercebida aos entrevistados. Nos depoimentos, eles demonstraram consciência crítica em relação à sua realidade socioeconômica. Cabe-nos sistematizar o conteúdo dessas falas com o intuito de apresentar indicativos de ação e políticas públicas destinadas a atenuar essa situação social drástica. Suas reivindicações seguem as linhas a seguir apresentadas.

- 1) Maior investimento para estruturação material das cooperativas e empresas intermediárias.
- 2) Subsídios públicos que garantam a rentabilidade das cooperativas e dos recicladores de rua em períodos de crise do setor.
- 3) Formação de programas públicos destinados a formalizar o trabalho dos recicladores de rua, permitindo o acesso a direitos trabalhistas, a segurança previdenciária e meios e materiais de trabalho que reduzam os riscos da ocupação, entre outros benefícios, como acesso a moradia e alimentação.
- 4) Retorno, por meio de investimentos, das indústrias recicladoras nas etapas iniciais da cadeia produtiva.

A esses apontamentos adicionamos os seguintes.

- 5) Pesquisas públicas para cadastrar os catadores de rua da RMS.
- 6) Formulação e aplicação de políticas que favoreçam a organização e a estruturação de uma logística formal dos processos de coleta e triagem dos materiais recicláveis que incluam os catadores de rua cadastrados.
- 7) Políticas de fiscalização das relações trabalhistas e comerciais da cadeia produtiva da reciclagem, dificultando estratégias de retalhamento dos preços.
- 8) Formulação de leis municipais que obriguem os responsáveis pela gestão da limpeza urbana de Salvador a ceder equipamentos de proteção individual e carrinhos a tração mecânica aos catadores de rua cadastrados.

## REFERÊNCIAS

ADEODATO, S.. **Cempre Review 2013**. São Paulo: Compromisso Empresarial para Reciclagem, 2013. Disponível em: <<http://cempre.org.br/busca/2013>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

AQUINO, Israel Fernandes. **Proposição de uma rede de associações de catadores na região da grande Florianópolis**: alternativa de agregação de valor aos materiais recicláveis. 2007. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

AQUINO, I.; CASTILHO, A.; PIRES, T. A organização em rede dos catadores de materiais recicláveis na cadeia produtiva reversa de pós-consumo da região da grande Florianópolis: uma alternativa de geração de valor. **Revista Gest. Prod.**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p.15-24, 2009.

BARRETO, Theo da Rocha. **Trabalhadores Informais e Desempregados:**a precarização como homogeneização “*sui generis*” na formação dos “*sem empregos*”. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

BOSI, A. A Organização Capitalista do Trabalho “Informal”: o caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 67, p.101-116, 2008.

CAMPOS, M. S. C. et al. Reciclagem como Empreendedorismo: fonte de transformação socioeconômica e ambiental. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, Campo Limpo Paulista, v. 3, n. 1, p. 3-15, 2009.

CICLOSOFT. **Radiografando a coleta seletiva**. São Paulo: Compromisso Empresarial para Reciclagem, 2014. Disponível em: <<http://cempre.org.br/ciclossoft/id/2>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

CONCEIÇÃO, M. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade**. Campinas: Átomo, 2003.

DRUCK, G. Precarização social do trabalho. In: IVO, A. B. L. (Coord.). **Dicionário temático desenvolvimento e questão social: 81 problemáticas contemporâneas**. São Paulo: Annablume; Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Salvador: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, 2013. p. 373-380.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, p. 37-57, 2011.

DRUCK, G.; FRANCO, T. O trabalho contemporâneo no Brasil: terceirização e precarização. In: SEMINÁRIO FUNDACENTRO, 2009, Salvador. **Anais...**Salvador: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho, 2009. (mimeo).

DUPAS, G. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

EIGENHEER, E. **Lixo: a limpeza urbana através dos tempos**. Porto Alegre: ELS 2 Comunicação, 2009.

FREITAS, C.; DEUS, J.; TAVARES, J. A Economia da Reciclagem: desenvolvimento sustentável ou garantia de novos negócios baseados na miserabilidade do trabalhador catador? **Conjuntura Econômica Goiana**, Goiânia, n. 15, p. 65-72, 2010.

GAMA, Stefano Herkenhoff; SILVA, Selma Cristina. **Garimpeiros Urbanos: a valorização do 'lixo' e a desvalorização do trabalho – um estudo de caso com catadores de materiais recicláveis de Salvador.** 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

GONÇALVEZ, P.A **reciclagem dos aspectos ambientais, sociais e econômicos.** Rio de Janeiro: DP&A; Fase, 2003.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Diagnósticos sobre catadores de resíduos sólidos.** Brasília (DF), 2012. Disponível em: <[http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/120911\\_relatorio\\_catadores\\_residuos.pdf](http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/120911_relatorio_catadores_residuos.pdf)>. Acesso em: 27 nov. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Situação social das catadoras e catadores de material reciclável e reutilizável.** Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao\\_social/131219\\_relatorio\\_situacaosocial\\_mat\\_reciclavel\\_brasil.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacaosocial_mat_reciclavel_brasil.pdf)>. Acesso em: 07/08/2014.

JESUS, Selma Cristina Silva de. **Da “cidadania regulada” à cidadania regressiva: um estudo de caso do projeto de cooperativismo urbano da CUT.** 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

KEMP, V. H. et al. Trabalho, Solidariedade e Autonomia: a Associação de Catadores de Material Reciclável de São João Del-Rei – ASCAS. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.

MARX, K. Valor, Trabalho e Mais-Valia. O confronto entre trabalho e capital. In: NETTO, J. P. (Org). **O leitor de Marx.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política.** v. 1, l. 1, t. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983a.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política.** v. 1, l. 1, t. 2. São Paulo: Abril Cultural, 1983b.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **7 de Junho é dia de luta do catador.** Brasília (DF), 2010. Disponível em: <<http://www.mncr.org.br/noticias/noticias-regionais/07-de-junho-e-dia-de-luta-do-catador>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

NALINI, José Eduardo. **Mercado de reciclagem do lixo no Brasil: entraves ao desenvolvimento.** 2008. Dissertação (Mestrado em Economia Política)-Programa de Pós-Graduação em Economia Política, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, M. M. et al. A sobrevivência como foco: cotidiano e perspectivas de futuro dos catadores de materiais recicláveis. **Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 22, n. 1, p. 6-24, 2011.

RIBEIRO, L. C. S. et al. Aspectos econômicos e ambientais da reciclagem: um estudo exploratório nas cooperativas de catadores de materiais recicláveis do estado do Rio de Janeiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 24, p. 191-214, 2014.

SILVA, S. A. Terceirização via cooperativas de trabalho: precarização ou autonomia? In: DRUCK, G.; FRANCO, T. (Orgs.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007. p.147-168.

TAVARES, M. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização**. São Paulo: Cortez, 2004.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Centro de Desenvolvimento Sustentável. **Resíduos sólidos estão entre os problemas emergenciais dos futuros prefeitos**. Brasília (DF), 2005. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/200412/noticias/2005/lixo.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

ZANETI, I.; GENTIL, V.; TORRES, H. Cooperativas e Associações de Catadores de Resíduos Sólidos no DF, questões socioeconômicas ambientais e sustentabilidade. In: ENCONTRO DA AMPAS, 3., 2006, Brasília. **Anais...** Brasília (DF), 2006.

---

**Stefano Herkenhoff GAMA:** Trabalhou na Concepção, delineamento e redação do artigo.

Graduado em Ciências Sociais pela Ufes (2012). Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFBA (2015). Foi pesquisador no Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica da Ufes (2009-2010). Estagiou na Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Vitória, Espírito Santo (2011). Trabalhou como bolsista no Projeto de Extensão da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos de Economia Solidária da Ufes (2012). Trabalho no IBGE (2017-2018). Atua como professor, pesquisador, assessor e consultor dos seguintes temas: Sociologia, Sociologia do Trabalho, Gestão de Resíduos Sólidos, Desigualdades Sociais. Integrou o Laboratório de Estudos Políticos, grupo de pesquisa da Ufes (2009-2010). Integrou os grupos de pesquisa: 1) Trabalho, Precarização e Resistências, vinculado à UFBA e 2) ao Grupo de Pesquisa em Gestão Ambiental e Empreendimentos Sociais (GAMDES), vinculado à Universidade Católica de Salvador (UCSAL).

**Selma Cristina SILVA:** Participou do trabalho de concepção e realizou a revisão crítica e aprovação da versão a ser publicada.

Professora da Faculdade de Educação da UFBA. Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades (CRH) da UFBA. Pós-Doutorado em sociologia e bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado da Capes na UFBA. Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA, realizou doutorado sanduíche na École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris/França. Atualmente faz pós-doutorado no Laboratório Sophiapol da Universidade de Paris Quest La Défense. Possui Licenciatura em Ciências Sociais e Bacharelado em Sociologia pela UFBA. Tem experiência na área de ensino, pesquisa e extensão, tendo atuado em curso de graduação e pós-graduação de instituições de ensino superior públicas e privadas. Principais áreas de atuação: sociologia, educação e metodologia de pesquisa.

---